

ARTIGO

O PERFIL DO ALUNO INGRESSANTE EM UM CURSO DE BACHARELADO
E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO
DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA

ADRIANA KATIA CORRÊA - (<https://orcid.org/0000-0003-1496-6108>)*

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

GABRIELA MARIA PREBILL - (<https://orcid.org/0000-0002-7912-5222>)**

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

JÉSSICA CRISTINA RUIZ - (<https://orcid.org/0000-0002-7089-9280>)***

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

MARIA CONCEIÇÃO BERNARDO DE MELLO E SOUZA - (<https://orcid.org/0000-0001-7379-871X>)****

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

RONILDO ALVES DOS SANTOS - (<https://orcid.org/0000-0003-3364-7727>)*****

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil

RESUMO: Este estudo faz parte de contexto de ampliação de vagas públicas no ensino superior. Tem como objetivo descrever e analisar o perfil dos estudantes ingressantes do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo (EERP/USP), de 2006 a 2015, por meio de estudo de natureza exploratório-descritiva, utilizando questionário como técnica de coleta de dados, contendo dados de identificação pessoal, profissional, escolar e cultural. Os participantes foram os alunos ingressantes no curso citado, desde a primeira turma, em 2006, até o ano de 2015. A partir da análise dos dados, foram observadas mudanças no perfil de aluno ingressante no que se refere,

*Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, com Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Saúde/enfermagem: políticas, práticas, formação profissional e formação de professores. E-mail: <adricor@eerp.usp.br> .

**Enfermeira pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, egressa do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. Mestranda em Enfermagem Fundamental na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. E-mail: <gabiprebill@hotmail.com> .

***Enfermeira pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, egressa do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. E-mail: <jessica.ruiz@usp.com.br> .

****Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP. Professora Associada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP. Vice Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Saúde/enfermagem: políticas, práticas, formação profissional e formação de professores. E-mail: <consouza@eerp.usp.br> .

*****Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, com Pós-Doutorado pela Universidade de Alberta - Canadá. Professor Doutor da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP. E-mail: <ronildo@eerp.usp.br> .

principalmente, à faixa etária, escolaridade prévia e ingresso de trabalhadores. No contexto universitário, conhecer essas mudanças é importante para a implementação da proposta político-pedagógica desse curso.

Palavras-chave: Estudante; Enfermagem; Formação de professores; Ensino superior; Licenciatura.

FIRST-YEAR STUDENT PROFILE IN THE “BACHELOR’S DEGREE WITH A TEACHING CREDENTIAL IN NURSING” PROGRAM AT A BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY

ABSTRACT: This study is conducted within the context of increased admissions at public universities. The study’s objective is to describe and analyze, through exploratory/descriptive research, the profile of first-year students from 2006 to 2015 of the “Bachelor’s Degree with a Teaching Credential in Nursing” program at the University of São Paulo, Ribeirão Preto College of Nursing. A questionnaire was applied as the means of data collection, which obtained personal identification data as well as professional, educational, and cultural data. Participants were first-year students in the aforementioned program, from the program’s founding class of students in 2006 through the entering class of 2015. From the data analysis, we observed substantial changes in the first-year student profile, especially with regard to age, previous education, and employment status. Knowing these changes is important for implementation of the political-pedagogical proposal of the program.

Keywords: Student; Nursing; Educator training; University; Teaching credential.

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de contexto de um curso de graduação que envolve a formação de enfermeiros generalistas e professores para a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em enfermagem (BRASIL, 2001a) indicam a formação do bacharel para distintos serviços de saúde, bem como a possibilidade da licenciatura cujo foco é a formação do enfermeiro que poderá atuar como professor na EPTNM, no âmbito das escolas técnicas. Nessas Diretrizes, é ainda pontuado que os cursos de graduação em enfermagem que optarem por formar, além do bacharel, o licenciado, deverão seguir também as legislações específicas de formação de professores no Brasil.

As atuais diretrizes para a formação de professores, incluindo a EPTNM (BRASIL, 2015) concebem a formação de licenciados em cursos específicos, com projetos com identidade própria, podendo ser articulados ao bacharelado ou tecnológico. Apesar das fragilidades que marcam a política de formação de professores para a educação profissional no Brasil (MACHADO, 2008), as licenciaturas podem ser

uma das vias para essa formação e, no caso da enfermagem, tratam-se de cursos que, embora representem ínfima quantidade, quando comparada ao bacharelado, existem desde a década de 1960 e, na atualidade, têm a finalidade de articular a formação de enfermeiro generalista com a formação do professor para a EPTNM, na área da saúde/enfermagem.

Na especificidade da enfermagem, a EPTNM dirige-se à formação de trabalhadores auxiliares e técnicos de enfermagem. Tais trabalhadores, que representam contingente numérico predominante (77% da equipe de enfermagem) (MACHADO *et al.*, 2016), se responsabilizam pelas ações de cuidado à saúde da população brasileira. Nesse contexto, a formação articulada de enfermeiro e professor da EPTNM pode ter importante papel social no contexto da saúde e da educação no Brasil.

As origens da criação e implementação de um curso de graduação - Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem - de uma universidade pública do estado de São Paulo, que oferece 50 vagas, no período vespertino-noturno (14h00min às 23h00min), remontam a um momento histórico marcado, institucionalmente, por política de ampliação de vagas, principalmente para o período noturno e de inclusão social (PENIN, 2005) e, nacionalmente, por política de ampliação do acesso de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior (BRASIL, 2001b). Política essa inserida no processo de globalização e flexibilização do capital (FERREIRA; OLIVEIRA, 2011) que traz implicações para a ampliação e aceleração da formação de trabalhadores para o mercado de trabalho.

Na internalidade da instituição, em 2002, a opção pela proposição de um novo curso (Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem), em período vespertino/noturno, teve relação também com a possibilidade de manutenção de compromisso institucional com a formação de enfermeiros licenciados, tendo em vista a oferta, até então, na unidade, de um curso complementar para licenciatura (não mais viável do ponto de vista político-legal naquele momento histórico, tendo em vista novas legislações do campo educacional valorizando a licenciatura como curso de graduação) e com a ampliação do acesso de jovens oriundos das camadas populares para a universidade pública, atendendo à política mais ampla, como comentado.

Nesse contexto complexo, foi iniciado o Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem que, contando com 4575 horas, busca constituir perfil profissional que articule a formação generalista do enfermeiro com a formação para a docência na EPTNM, tendo em vista contribuir para a construção do cuidado integral em saúde e para a formação ético-política e técnica consistente de trabalhadores técnicos de nível médio.

Conhecer os alunos ingressantes poderá ser um ponto essencial no processo de acompanhamento do desenvolvimento do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da instituição pública envolvida. Quem é o aluno que ingressa nesse curso? Qual é seu contexto de vida socioeconômico, educacional e profissional?

O objetivo deste estudo é descrever e analisar o perfil dos estudantes ingressantes do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo (EERP/USP), de 2006 a 2015.

METODOLOGIA

Estudo de natureza exploratório-descritiva que utiliza um questionário como técnica de coleta de dados, composto por perguntas fechadas e abertas, contendo dados de identificação pessoal, profissional, escolar e cultural. A construção desse questionário fundamentou-se nos instrumentos utilizados para traçar o perfil de calouros da USP-RP, em 2006, e nos questionários de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000; 2003). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EERP/USP. Os participantes foram os alunos que ingressaram no curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da EERP/USP, desde a primeira turma, nos anos de 2006 a 2015. Os questionários foram aplicados, em cada ano, durante o período de matrícula. A participação foi voluntária e sigilosa, evitando possível constrangimento. No momento da coleta de dados, foram apresentados, inicialmente, o objetivo e as contribuições deste estudo, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado por cada aluno. Os dados obtidos, a partir das questões fechadas, foco deste artigo, foram organizados em tabelas e gráficos de distribuições de frequências, sendo utilizado Programa EpInfo.

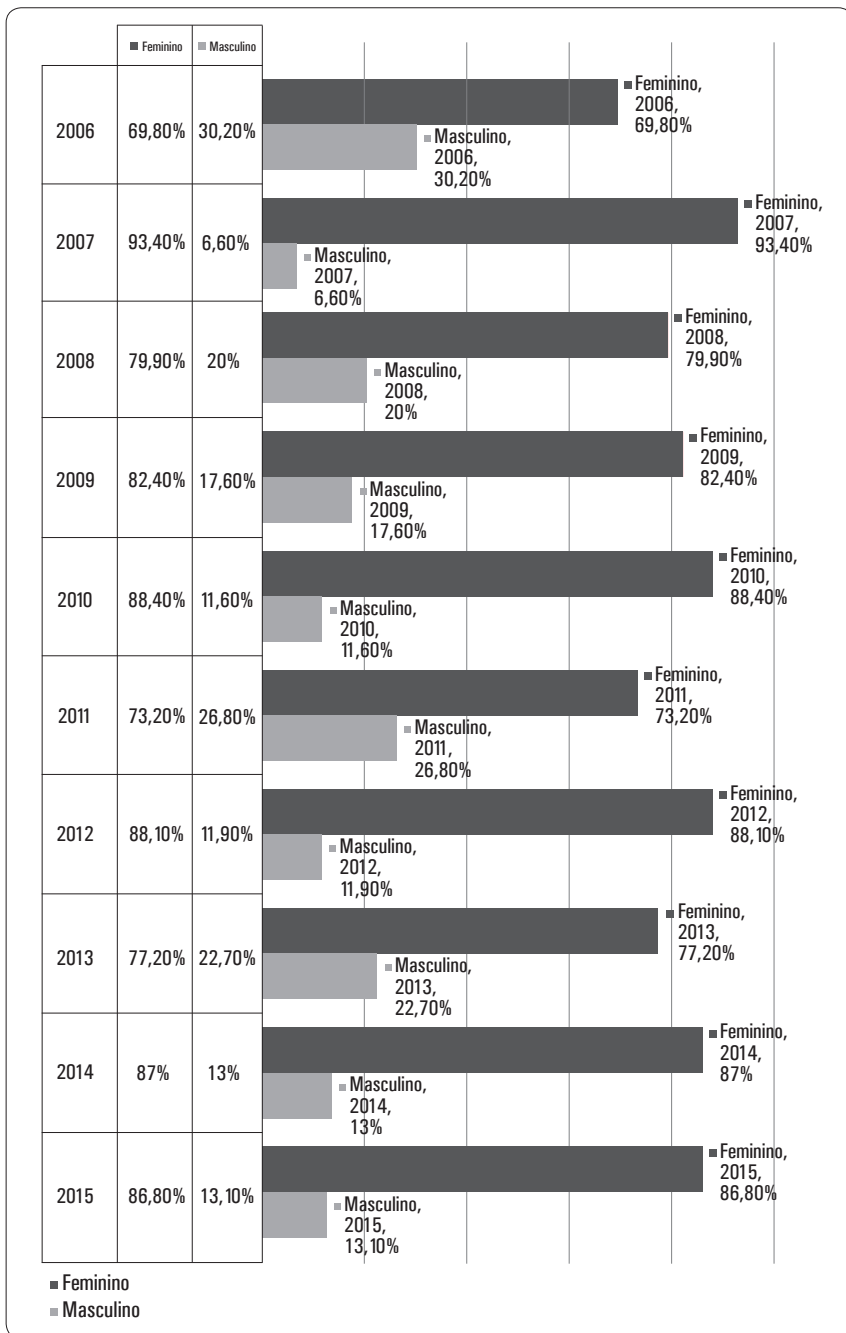
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Responderam, a esta pesquisa, 421 ingressantes do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem entre os anos de 2006 e 2015, o que representa 85,74% dos 491 ingressantes no curso. A seguir serão apontados e discutidos alguns resultados subdivididos em itens.

SEXO, FAIXA ETÁRIA E ESTADO CIVIL

Em relação à distribuição dos ingressantes participantes quanto ao sexo (Gráfico 1), houve predomínio de mulheres em todos os anos analisados, com destaque para o ano de 2007, quando 93,4% dos participantes ingressantes eram do sexo feminino, enquanto apenas 6,5% eram do sexo masculino. Cabe ressaltar que, em dez anos, a média de ingressantes do sexo feminino foi de 82,58%.

GRÁFICO 1. Distribuição dos ingressantes participantes, em relação ao sexo, entre os anos 2006 e 2015.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

Apesar do predomínio feminino nos cursos de enfermagem, mostrado também em outros estudos (SPÍNDOLA *et al.*, 2008; CORRÊA *et al.*, 2011; NARDELLI *et al.*, 2013; SOUZA *et al.*, 2013; BUBLITZ *et al.*, 2015), observa-se ingresso não tão pequeno de homens no curso em foco, com destaque para os anos de 2006, 2011 e 2013. Segundo Machado *et al.* (2016), observa-se, a partir do início da década de 1990, uma tendência de aumento da presença masculina nesta categoria profissional, embora mantenha-se predominantemente feminina.

Ao constatarem também o predomínio de estudantes do sexo feminino em relação ao masculino no curso de enfermagem de uma IES privada do interior paulista, Donati *et al.* (2010) citam uma tendência de “feminização” da força de trabalho em saúde. Essa tendência também é apontada por Machado *et al.* (2006; 2011), em estudos que indicam o aumento da participação feminina no setor da saúde, principalmente após a década de 1970. Em 2006, dentre as profissões da área da saúde, o predomínio de mulheres encontrava-se entre as profissões de nutrição, enfermagem e psicologia (MACHADO *et al.*, 2006). Já em 2011, as mulheres representavam 70% da força de trabalho em saúde, denotando um processo de feminização, inclusive, em profissões historicamente consideradas como masculinas, como a medicina (MACHADO *et al.*, 2011).

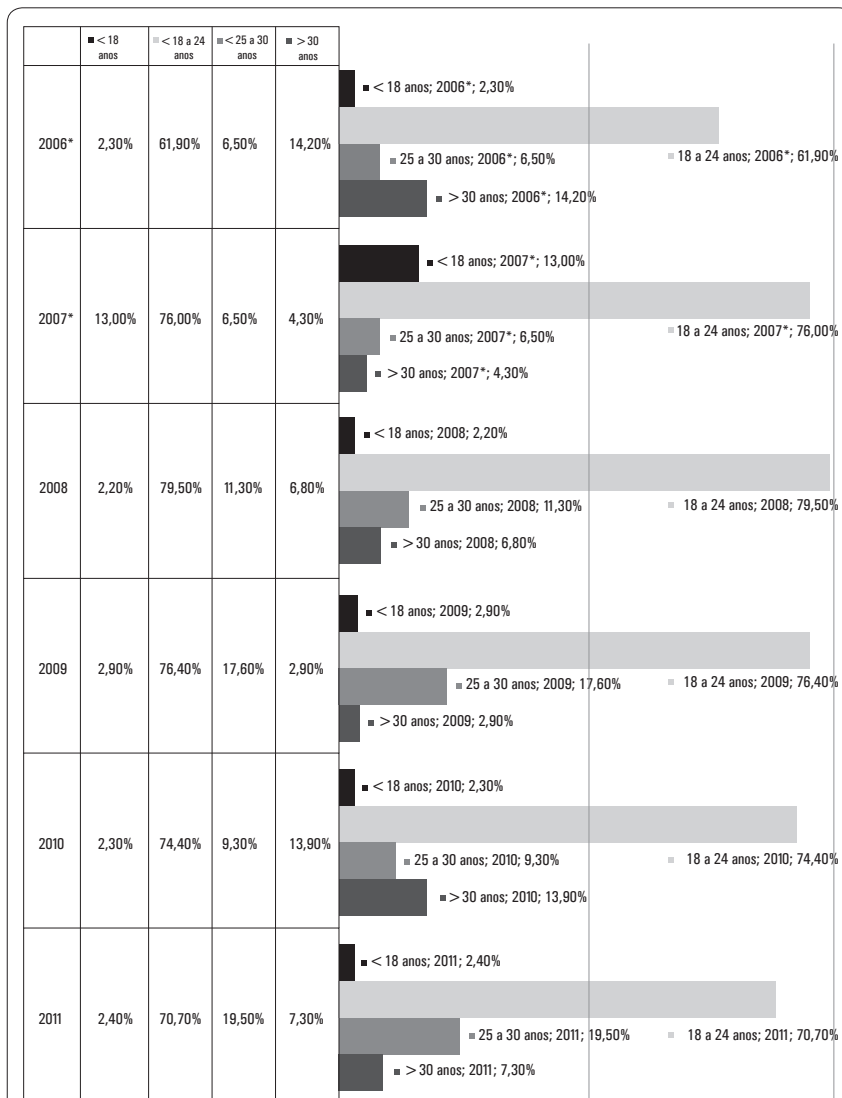
Especificamente na enfermagem, a característica feminina do perfil de profissionais, de acordo com Lopes e Leal (2005), relaciona-se ao contexto sócio-histórico, que marca suas origens como um serviço organizado por instituições religiosas e que coexiste com a figura da mulher associada ao cuidado doméstico e detentora do saber informal de práticas de saúde. Segundo as autoras, uma vez concebido o cuidado como uma ação instintivamente feminina assume-se, para a enfermagem, uma posição de suporte ao trabalho realmente científico do médico e naturalizam-se condições de trabalho massivo, rotineiro, *taylorizado* e de necessidade de presença constante. Assim sendo, as diferentes concepções instituídas das competências do tratar (científico) e do cuidar (de suporte) corroboram para o trabalho em saúde hierarquizado e baixos níveis salariais da enfermagem (LOPES; LEAL, 2005).

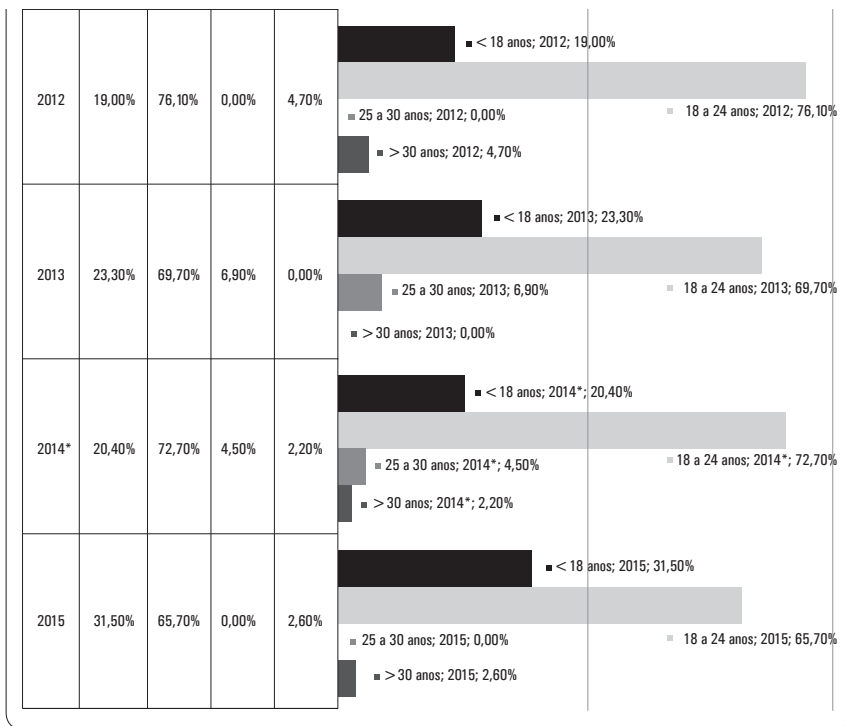
Assim como na enfermagem, uma das especificidades da docência é a predominância feminina da força de trabalho, mais expressiva nos anos iniciais da educação básica (VIANNA, 2002; CHAMON, 2005). Entretanto, a partir do Censo Escolar da Educação Básica de 2007, o Ministério da Educação (MEC) identificou que o perfil feminino dos docentes da educação básica

vai decrescendo nos anos subsequentes do ensino fundamental e médio. Assim, em 2007, enquanto na creche, 97,9% dos professores eram mulheres, na educação profissional essa porcentagem caiu para 46,7%, caracterizando a docência na educação profissional como predominantemente masculina, embora o estudo não discrimine as áreas de conhecimento e, portanto, não tendo dados específicos sobre a educação profissional em saúde (INEP, 2009).

Quanto à faixa etária dos participantes deste estudo (Gráfico 2), nota-se constante predominância de ingressantes com idade entre 18 e 24 anos, com expressivo aumento de ingresso de estudantes menores de 18 anos a partir do ano de 2012.

GRÁFICO 2. Distribuição dos ingressantes participantes em relação à faixa etária entre os anos 2006 e 2015.





*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

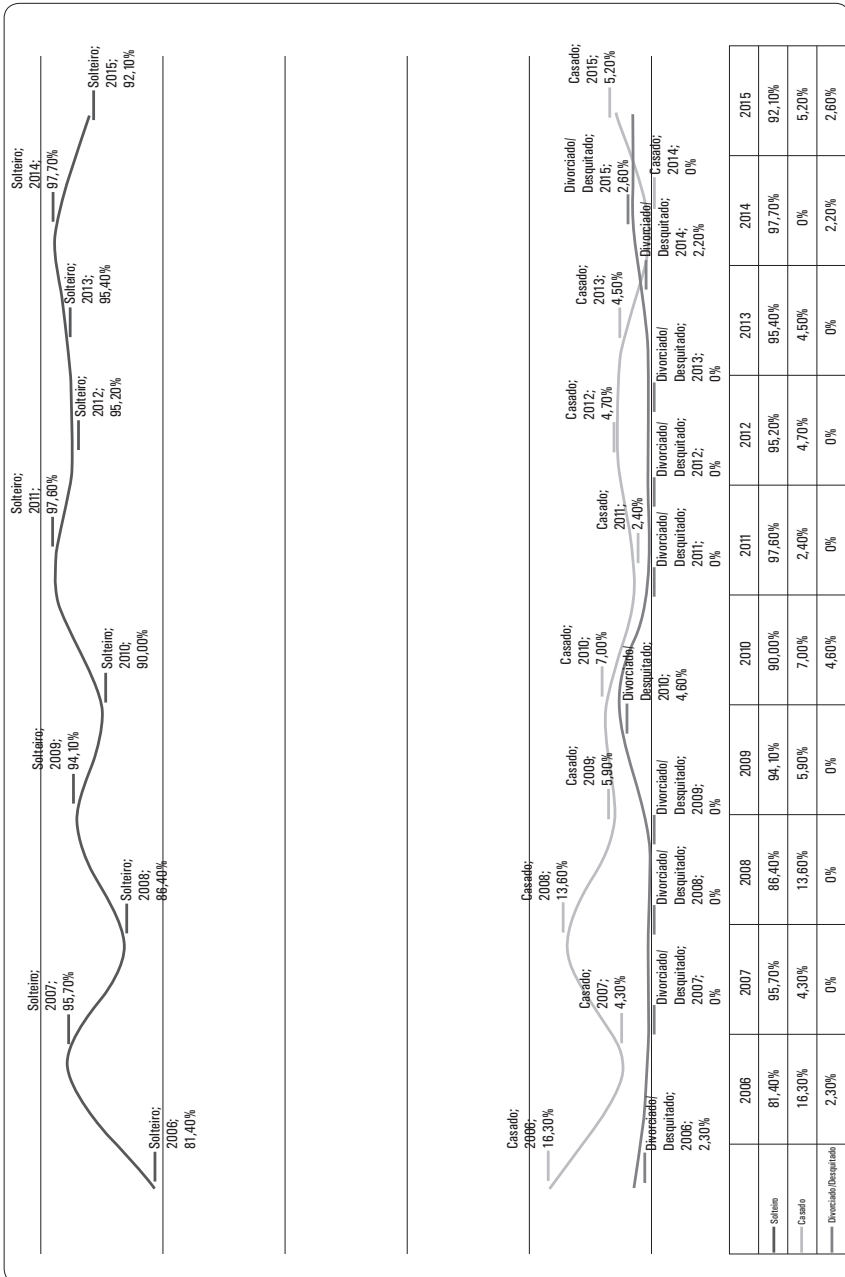
Fica evidente o ingresso maior de estudantes com idade acima de 30 anos em 2006 e 2010. Em 2006, isto pode estar associado ao maior número de ingressantes trabalhadores (41,86%), conforme Gráfico 10. Nesse sentido, cabe relacionar que o presente curso, originalmente, fez parte de uma política de expansão de vagas noturnas adotada pela Pró-Reitoria de Graduação da USP (PRG-USP) em 2002 que tinha como objetivo, além da ampliação de vagas para a universidade, a democratização do ensino (PENIN, 2005). Sendo assim, o início de um curso noturno de enfermagem pode ter relação com o ingresso de trabalhadores com idade acima de 30 anos. Entretanto, por se tratar, na verdade, de um curso vespertino-noturno, a demanda de atividades acadêmicas pode dificultar a permanência do trabalhador estudante. Supõe-se, portanto, que essa situação se relaciona com o decréscimo de ingresso dessa parcela da população no decorrer dos anos analisados e aumento da população mais jovem que ainda não ingressou no mercado de trabalho.

Observa-se que o número de participantes com idade inferior a 18 anos era baixo nos seis primeiros anos do curso, tendo uma porcentagem média de 4,1%, e já entre os anos de 2012 a 2015, o número de ingressantes pertencentes a esta faixa etária subiu, em média, para 23,55% (Gráfico 2). O número de jovens ingressantes nesse curso está, em sua maioria, entre 18 e 24 anos.

Outros estudos demonstram tendências semelhantes às encontradas na presente pesquisa (NARDELLI *et al.*, 2013; BRASIL, 2014). Em âmbito nacional, observou-se o impacto da política de expansão do ensino superior público no aumento de ingresso da população entre 18 e 24 anos, ocorrida mais expressivamente a partir de 2001 e impulsionada pelo Plano Nacional da Educação (PNE). Por meio de um diagnóstico situacional, o PNE de 2001 destacou um movimento de aumento da demanda por vagas no ensino superior público devido a alterações demográficas e exigências de mercado de trabalho, e estabeleceu como objetivo prover, até 2011, a oferta de vagas no nível superior para 30% dos jovens entre 18 e 24 anos (BRASIL, 2001b; VARGAS; PAULA, 2013; BRASIL, 2014). Assim, como citado anteriormente, a universidade na qual se insere o curso, foco desta pesquisa, também adotou a política de ampliação de vagas, passando de 7.175 para 9.952 vagas ofertadas entre 2002 e 2005, assegurando que 34,66% fossem ofertadas para o período noturno (PENIN, 2005).

No que se refere ao estado civil, com exceção dos anos de 2006 e 2008, em todos os anos houve predominância (90% ou mais) de ingressantes que declararam estado civil solteiro (Gráfico 3).

GRÁFICO 3. Distribuição dos participantes segundo estado civil entre os anos de 2006 a 2015.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

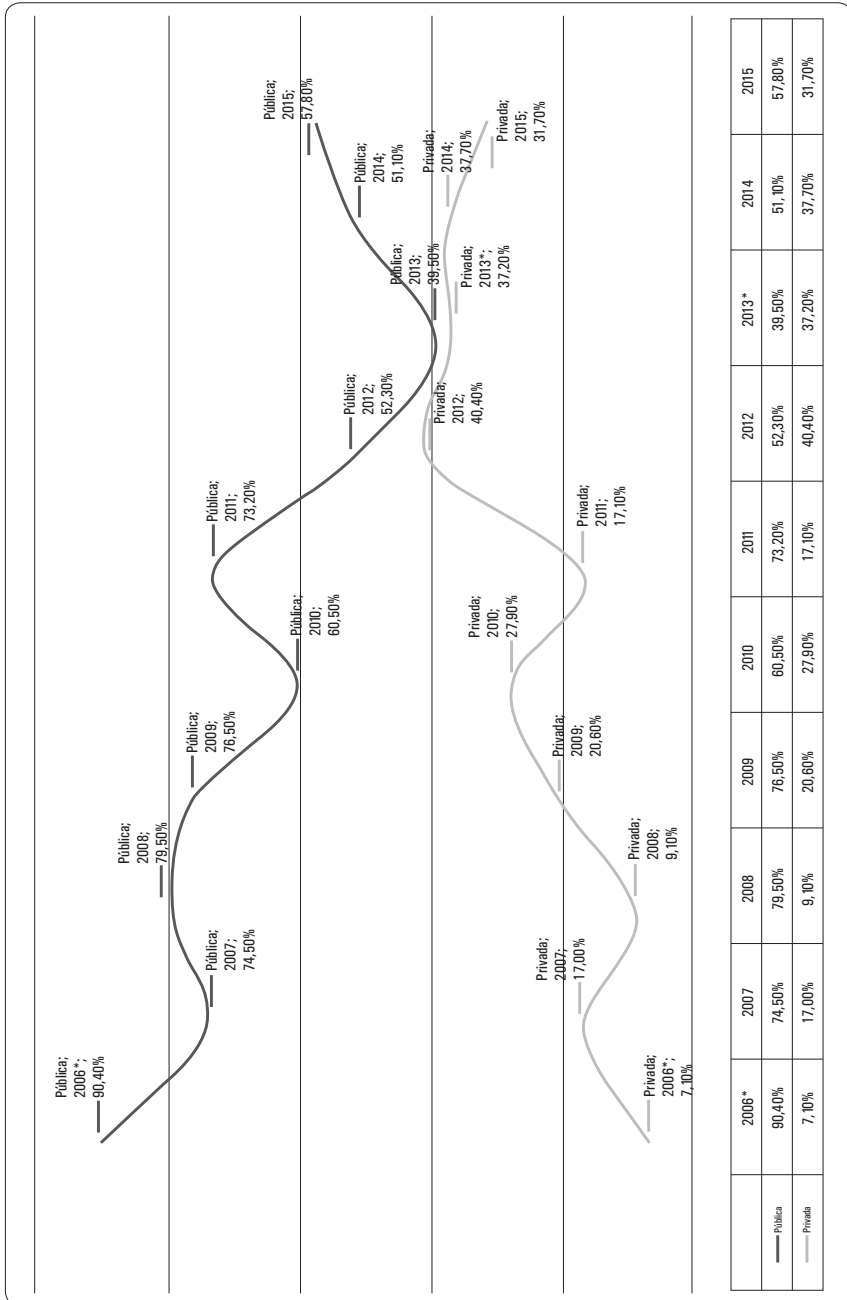
Segundo Donati *et al.* (2010), o ingresso de estudantes jovens e solteiros determina maior disponibilidade de tempo e dedicação à intensa carga horária dos cursos de enfermagem. Entretanto, Spíndola *et al.* (2008) alertam para o fato de que a opção precoce pela profissão demanda do estudante amadurecimento no que se refere à certeza da escolha pela carreira, além de enfrentamento das reais condições do ser enfermeiro. Além disso, tendo em vista a especificidade da formação voltada também para a educação profissional técnica de nível médio em enfermagem (EPTNME), muitos jovens não têm clareza em relação ao curso, que inter-relaciona ambas as formações na enfermagem e docência na EPTNM. Sendo assim, torna-se necessário o repensar institucional das demandas pedagógicas para a formação, considerando o perfil do ingressante e com vistas ao perfil do egresso enfermeiro e professor da EPTNM (SORRINI; CORRÊA, 2014).

TRAJETÓRIA ESCOLAR PRÉVIA, ESCOLARIDADE DOS PAIS, RAÇA/COR

Em relação à trajetória escolar prévia do ingressante, quanto ao ensino fundamental (Gráfico 4), houve predominância de alunos procedentes de escola pública, embora, em 2012, seja observado um declínio de estudantes oriundos de escolas públicas e aumento de ingressantes oriundos de escolas privadas. No que se refere ao ensino médio (Gráfico 5), observa-se que 2006 foi o ano em que menos alunos de escolas privadas ingressaram neste curso.

Cabe destacar que, embora seja observado um declínio no ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas, essa porcentagem ainda se mantém expressiva. A partir de 2013, observa-se expressivo aumento de estudantes oriundos de escolas privadas. Nos anos de 2012, 2014 e 2015, o número de ingressantes oriundos de escolas privadas em comparação aos de escola pública foi maior que nos outros anos, porém, não representando uma diferença numérica muito expressiva quanto aquela que se deu nos anos anteriores, quando do predomínio de ingressos de alunos de escolas públicas.

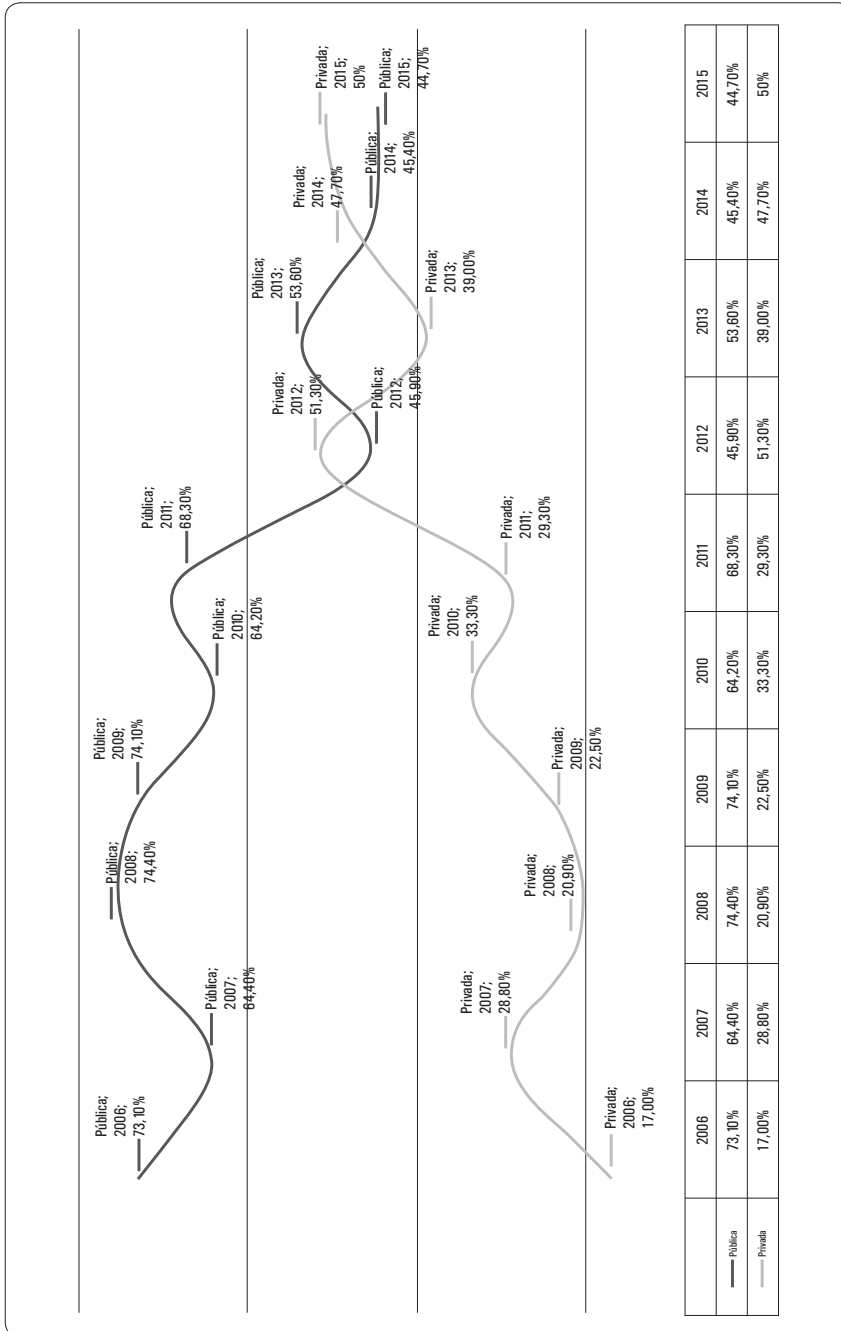
GRÁFICO 4. Tipo de instituição cursada pelos ingressantes, no ensino fundamental, dos anos de 2006 a 2015.



*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

GRÁFICO 5. Tipo de instituição cursada pelos ingressantes, no ensino médio, dos anos de 2006 a 2015.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

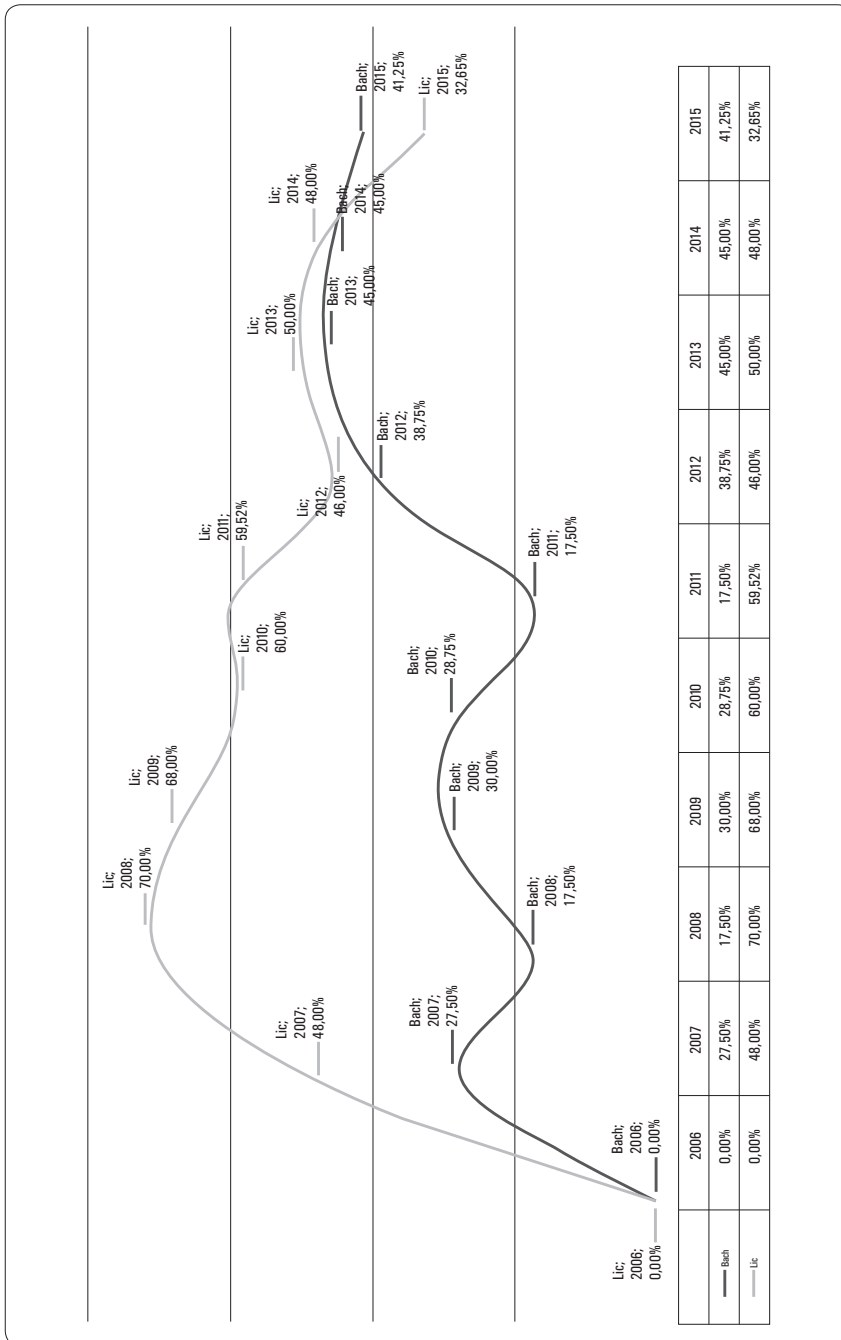
O Relatório de Área do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2013 demonstra uma tendência na qual os alunos provenientes de escolas públicas, no ensino médio, realizam cursos superiores, na maioria dos casos, em instituições privadas, enquanto estudantes que frequentaram instituições privadas, geralmente realizam a educação superior em IES públicas (INEP, 2015). Em outro estudo realizado para traçar o perfil do aluno ingressante (VASCONCELOS; LIMA, 2010), essa tendência também foi encontrada.

Embora o perfil de ingressante no curso analisado tenha passado a diferenciar-se dos cursos de enfermagem das demais IES públicas, em 2012, 2014, e 2015, devido o número de ingressantes provenientes de ensino médio privado ter superado o número de estudantes provenientes de escolas públicas, dados mais recentes apontam um aumento no ingresso geral de estudantes da rede pública de ensino na Universidade de São Paulo (USP, 2012).

A universidade em que o curso, foco deste estudo, está inserido, conta com o Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). Criado em 2006, o programa tem como objetivos ampliar o acesso e permanência de estudantes de escola pública na universidade. Dentre as iniciativas do programa, estruturou-se o Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP) que, a partir de 2015, passou a garantir até 25% de bônus no vestibular para ingressantes de escolas públicas. Como resultado dessas iniciativas, em 2012, evidenciou-se um aumento de 5 para 8% de ingressantes que utilizaram o PASUSP, e de 16 para 20% os ingressantes de escolas públicas (USP, 2012). Cabe ressaltar, também, que em 2015, a USP adotou o Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

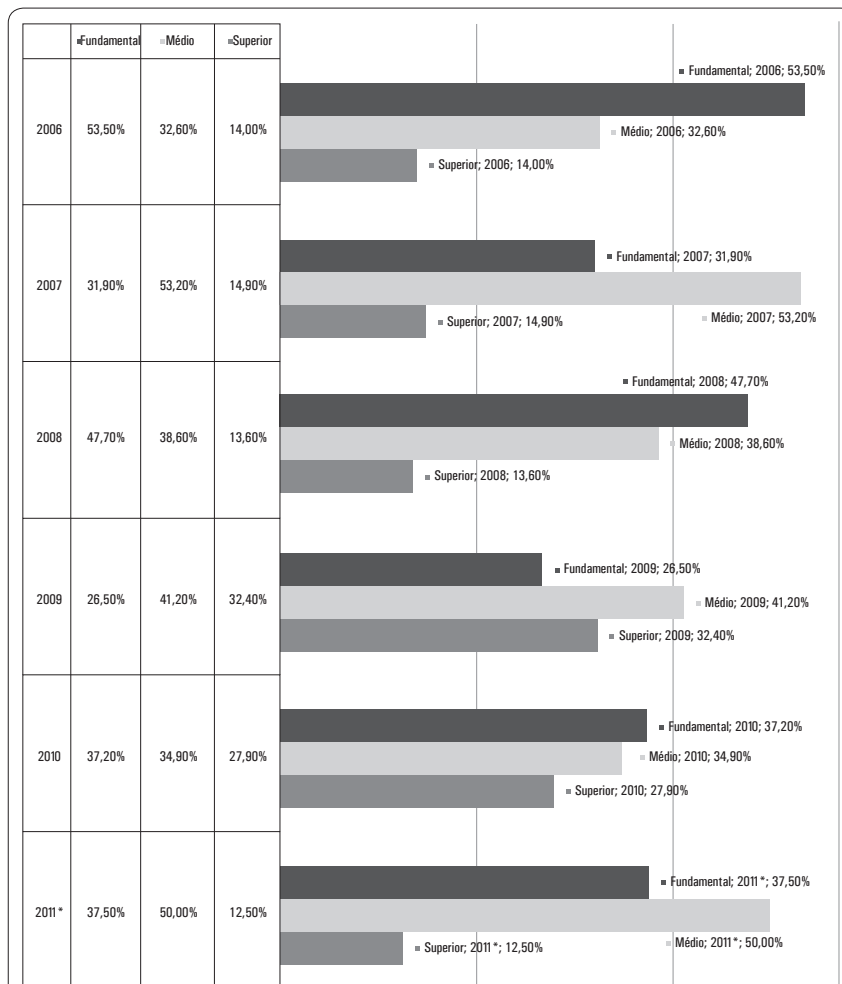
De 2007 a 2015, houve expressivo número de alunos ingressantes, neste curso, pelo Programa INCLUSP, chegando a alcançar, em 2008, 70%, cabendo salientar que, no curso de Bacharelado em Enfermagem, período integral (8-18 horas) da mesma instituição, também houve, no mesmo período, ingresso de alunos via INCLUSP, todavia, em menor proporção, conforme indica o Gráfico 6. Considerando, portanto, que o programa abre possibilidade de ingresso para as camadas econômicas menos favorecidas, Piotto e Nogueira (2013) destacam as dificuldades acadêmicas, sociais e econômicas enfrentadas por esses alunos e que refletem, principalmente, no relacionamento com os colegas universitários e no desempenho acadêmico.

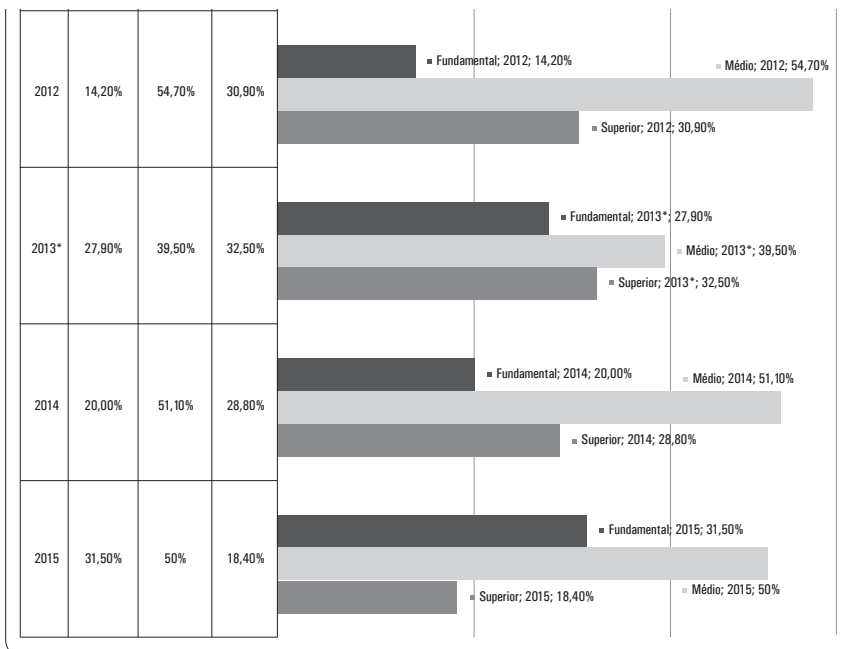
GRÁFICO 6. Distribuição de alunos ingressantes nos dois cursos ofertados pela EERP/USP que ingressaram via INCLUSP entre os anos de 2006 e 2015



Fonte: Serviço de graduação da EERP/USP, 2017.

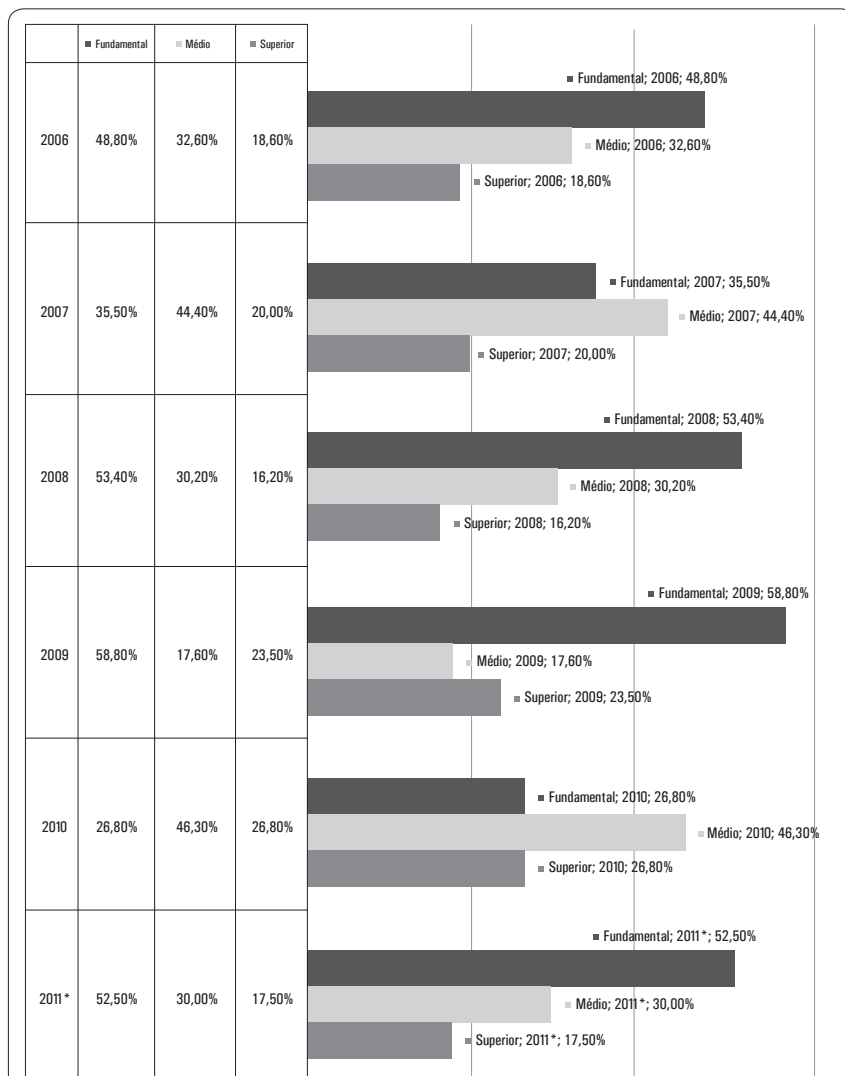
Tratando-se da escolaridade dos pais dos participantes, de 2006 a 2015, em média, 32,79% das mães concluíram o ensino fundamental, 44,53% concluíram o ensino médio e 22,59% concluíram o ensino superior (Gráfico 7). Em relação à escolaridade dos pais, 39,59% concluíram o ensino fundamental, 38,02% concluíram o ensino médio e 22,28% concluíram o ensino superior (Gráfico 8).

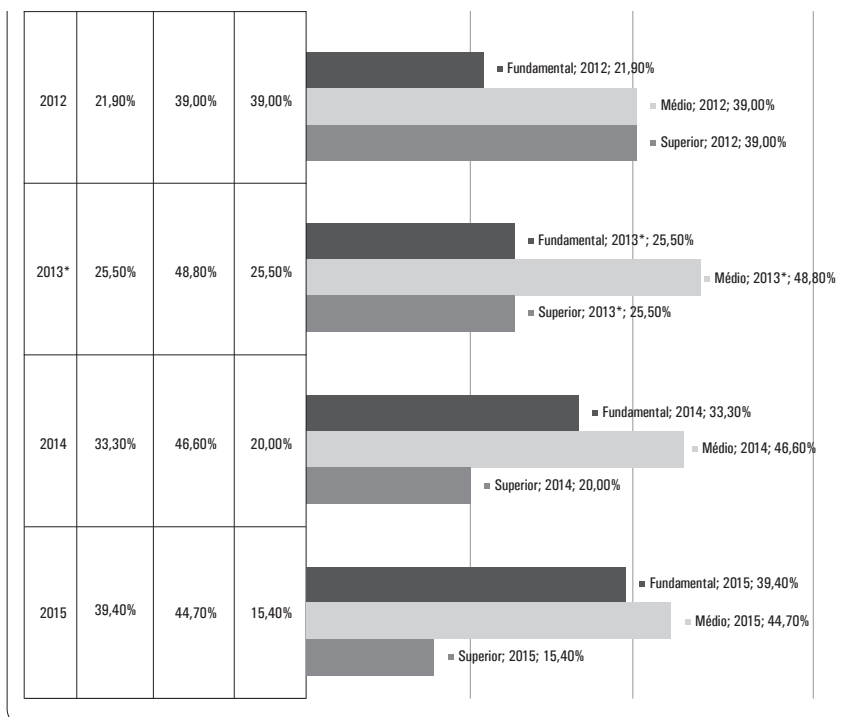
GRÁFICO 7. Média de escolaridade das mães dos ingressantes nos anos de 2006 a 2015.



*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

GRÁFICO 8. Média de escolaridade dos pais dos ingressantes nos anos de 2006 a 2015.



*um ingressante participante não respondeu à questão.

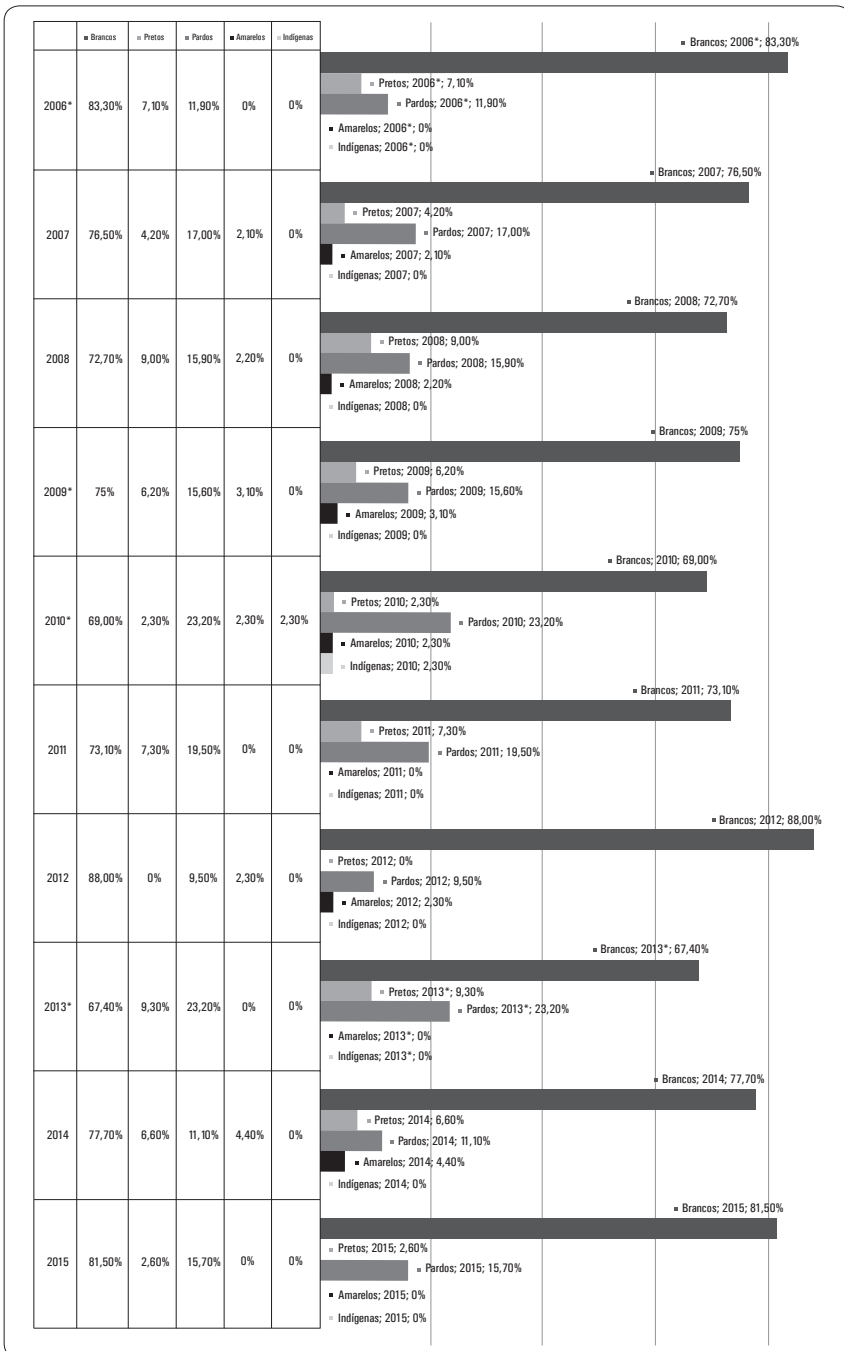
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

Esses dados estão de acordo com os obtidos por Vasconcelos e Lima (2010) voltados para um curso de licenciatura em biologia de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), indicando que o nível de escolaridade dos pais dos licenciados, em sua maioria, enquadrou-se na categoria “Ensino Médio”. Após analisarem dados socioeconômicos de estudantes de cursos de licenciatura em matemática, pedagogia e direito de uma IES privada, Palazzo e Gomes (2012) também identificaram escolaridade dos pais dos estudantes até o ensino médio, o que está diretamente relacionado ao nível socioeconômico das famílias. Estudos como o de Souza *et al.* (2013) demonstram que estudantes de enfermagem de um curso privado também possuem baixa renda familiar decorrente de baixo nível de instrução dos pais, e destacam a importância de estratégias para garantir a permanência estudantil desses alunos. Em âmbito nacional, nas IES públicas, os estudantes de enfermagem possuem pais com nível de escolaridade, em média, na categoria “ensino médio”, sendo que a escolaridade da mãe, quando comparada a do pai, é ligeiramente

superior, mas mantendo maiores concentrações no ensino médio (INEP, 2015). Nesse contexto, apreende-se que pessoas oriundas de níveis socioeconômicos mais elevados tendem a ingressar em cursos de maior prestígio social, enquanto que estudantes oriundos de famílias com menor nível de escolarização e poder aquisitivo tendem a ingressar em cursos menos valorizados, como as licenciaturas/formação para a docência, denotando um processo de desigualdade na democratização do ensino superior (PALAZZO; GOMES, 2012).

Durham (2003) elucida que há três fatores que implicam decisivamente no êxito escolar: a renda familiar, ascendência étnica e a escolaridade dos pais. Ainda, existem pesquisas, como a de Brito (2007) que afirmam que a escolaridade dos pais influencia fortemente na escolaridade dos filhos. Segundo Pinto (2004), essa influência ocorre a partir do momento em que pais que possuem níveis mais elevados de ensino tendem a ter famílias com renda familiar alta, o que influencia os filhos a optarem por carreiras com maior retorno salarial. No contexto deste estudo, pode ser considerado que, tanto pela enfermagem, profissão com menor prestígio social, quanto pela formação docente, há o predomínio de ingressantes cujos pais não têm nível superior, o que se relaciona às condições econômicas e sociais da família.

Com relação à cor da pele dos ingressantes, de 2006 a 2015, os dados mostram que, desde o início do curso, em 2006, amarelos, pretos, pardos, e principalmente indígenas, são a minoria ou mesmo inexistentes (Gráfico 9). Esses dados mostram que ainda há uma baixa inclusão de pretos na instituição pública de ensino superior. Considerando todas as etapas educacionais, o ensino superior é a que conta com a menor presença de pretos, cabendo destacar que as IES são as responsáveis pela formação dos responsáveis pelos postos de trabalho que concentram maior poder decisório (GARCIA, 2007). Todavia, cabe destacar que, por meio do INCLUSP, houve ampliação do percentual de ingressantes pretos na USP (MATOS *et al.*, 2012).

GRÁFICO 9. Distribuição dos ingressantes, segundo a cor da pele nos anos de 2006 a 2016.

*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

Estatísticas do IBGE apontam que há a predominância de pessoas que se autodeclaravam brancos, com 48,2% (91 milhões). Porém, nos 10 primeiros anos do século XXI, a distribuição da população brasileira modificou no que se refere à distinção de cor, elevando o número de brasileiros que se autodeclararam pretos ou pardos. Tal modificação está associada à inclinação para a recuperação da identidade racial, que foi intensa no período (BRASIL, 2012).

Esse movimento de recuperação da identidade racial refletiu na reconfiguração da população brasileira: no ano de 2010, 6,9% das pessoas confirmaram ser pretas e 44,2% declararam ser pardas, o que representa 51,1% dos brasileiros, ou seja, a maior parte da população. Anteriormente, em 1999, essa proporção era de 5,4% pretos e 40% pardos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Já em 2009, apenas 0,7% dos brasileiros eram indígenas ou amarelos. Assim, é possível observar que, apesar de a população brasileira ser, em sua maioria, composta por pretos e pardos, o número de ingressantes dessa parcela da população, no curso analisado, ainda é baixo. Essa realidade também se apresenta nas IES públicas analisadas pelo ENADE (INEP, 2015).

Ristoff (2014) afirma que o perfil dos estudantes de IES não reflete a realidade brasileira e destaca que os percentuais que mais se aproximam dessa realidade estão em cursos de baixa relação candidato/vaga, incluindo as licenciaturas. Entretanto, o autor considera que iniciativas como o Prouni e o Fies, nas IES privadas, e a Lei de Cotas, nas IFES, contribuem para o aumento no ingresso de pretos em cursos mais competitivos, como a medicina. Nesse sentido, como ainda é observada uma desigualdade no ingresso ao ensino superior, Moehlecke (2004) afirma que, para além da garantia de acesso ao ensino superior para estudantes oriundos das minorias, a saber, pretos, indígenas, e alunos de escolas públicas, é preciso formular políticas de permanência e conclusão do ensino superior.

Cabe destacar que, na universidade em foco neste estudo, muito recentemente foi aprovada uma política de cotas raciais, não contemplando os anos que envolvem este estudo.

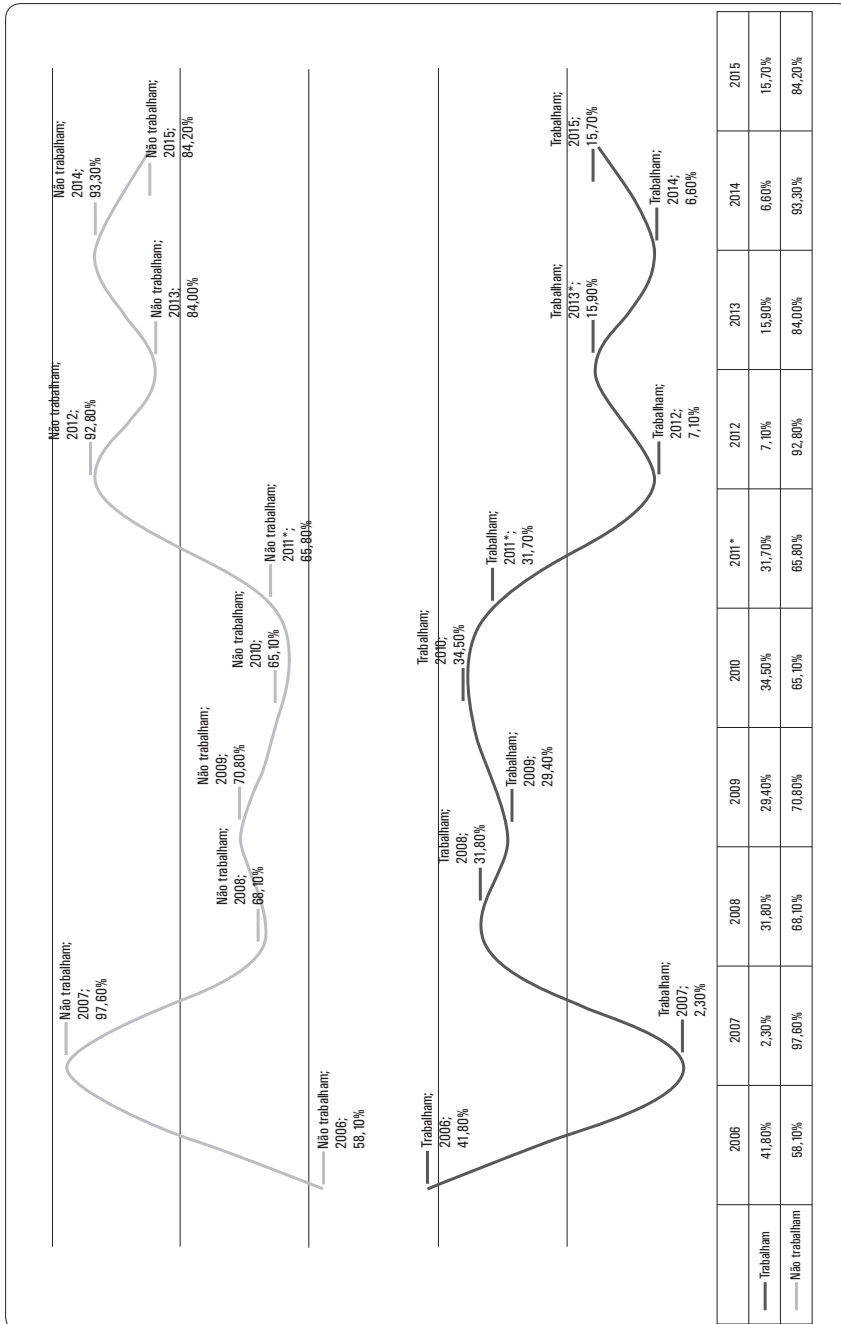
TRABALHADOR ESTUDANTE

Com relação ao exercício de trabalho remunerado, nesta pesquisa, pode-se observar que o número de não trabalhadores sempre foi superior, e que o número de alunos trabalhadores oscilou e decaiu com o passar dos anos (Gráfico 10 e Tabela 1). Todavia, considerando tratar-se de curso da área da saúde, com

carga horária elevada, em período que envolve também horário diurno, em universidade pública, o número de trabalhadores, apesar de inferior ao número de não trabalhadores, pode ser considerado significativo, quando comparado com o número de trabalhadores de outras IES públicas (WETTERICH; MELO, 2007; SPÍNDOLA *et al.*, 2008), nas quais identificou-se porcentagem de trabalhadores estudantes de 4,5% e 8%, respectivamente. Dados de instituições federais também demonstram porcentagens significativas de alunos trabalhadores (INEP, 2015). Em 2013, no que se refere aos cursos de graduação em enfermagem de instituições públicas e privadas, 61,3% dos homens e 48,7% das mulheres exerciam algum tipo de atividade remunerada na graduação (INEP, 2015). Entretanto, observa-se que o número de trabalhadores estudantes de enfermagem é maior em instituições privadas.

Cabe destacar que não se dispõe de dados sobre alunos que começaram a trabalhar após o ingresso nesse curso, o que pode ser foco de outros estudos, entretanto, a experiência cotidiana nesse curso, como professores e alunos, mostra que essa situação de inserção no trabalho durante a graduação pode ocorrer.

GRÁFICO 10. Distribuição dos participantes, por exercício de trabalho remunerado, de 2006 a 2015.



*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

TABELA 1. Distribuição dos participantes trabalhadores, entre técnicos e auxiliares de enfermagem, de 2006 a 2015.

Ano	Ingressantes que trabalham	Auxiliares de Enfermagem	Técnicos de Enfermagem	Outros
2006	18	06	03	09
2007	05	02	0	03
2008	14	04	03	07
2009	10	05	01	04
2010	15	01	0	14
2011*	13	06	01	06
2012	03	0	0	03
2013	07	02	03	02
2014	03	0	0	03
2015	06	01	01	04
Total	94	27	12	55

*um ingressante participante não respondeu à questão.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir das respostas dos participantes.

O aumento da possibilidade de ingresso do trabalhador estudante no ensino superior pode ser compreendido, no Brasil, inserido no contexto geral de ampliação de vagas das IES, majoritariamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da ampliação de IES privadas e, principalmente, a abertura de cursos noturnos nas periferias de grandes centros urbanos, como parte integrante da política econômica adotada e em consonância com o processo global de mundialização e acumulação flexível do capital, demandando reconfiguração do papel do estado e reorganização de políticas públicas (CUNHA, 2003; PRATES, 2007).

Posteriormente, houve o fortalecimento e ampliação do ensino superior público, no governo Lula, com a proposição de sistema de cotas e elaboração do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem, entre seus objetivos, a redução de taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingressos, especialmente em cursos no período noturno (MARTINS, 2009).

Apesar dessas iniciativas, a expansão realizada pelo governo federal não foi capaz de democratizar o acesso a esse nível do ensino,

embora tenha expandido as possibilidades de ingresso, havendo ainda necessidade de políticas de inclusão social dos trabalhadores no ensino superior (BRASIL, 2014).

Considerando que a criação do curso envolvido neste artigo ocorreu, também, para atender às demandas de ampliação de vagas noturnas, como parte da estratégia de expansão de vagas, foi também aberta a possibilidade para o ingresso de trabalhadores que necessitam manter o trabalho remunerado paralelamente ao ensino superior. Nesse sentido, torna-se importante resgatar as dificuldades vivenciadas pelo trabalhador no ingresso e permanência no ensino superior e, especificamente, nesse curso, fatores que podem estar relacionados ao declínio de trabalhadores ingressantes nos últimos anos.

Iglesias (2002) relata que o trabalhador estudante de enfermagem vivencia limitações de tempo e recursos financeiros, o que o leva a optar por cursos em IES privadas, por oferecerem um número maior de vagas e curso em tempo parcial, permitindo que o aluno continue a trabalhar. Em estudo realizado com técnicos e auxiliares de enfermagem que estavam cursando a graduação em enfermagem, Fontana e Bringo (2011) inferem, a partir de respostas dos participantes do estudo, que o trabalhador estudante vivencia alterações na qualidade de vida devido às múltiplas tarefas apontadas, dificultando momentos de descanso e lazer.

Em relação à área de trabalho, em todos os anos houve alunos que trabalhavam na área da enfermagem, com exceção dos anos de 2012 e 2014. Entretanto, observa-se que, contrariamente aos dados de outros estudos, realizados em IES públicas nas quais a maioria dos trabalhadores estudantes era da área da saúde e, entre eles, a maioria era trabalhador técnico de nível médio em enfermagem (WETTERICH; MELO, 2007; PIERANTONI, 2008; SPÍNDOLA *et al.*, 2008), a média de trabalhadores técnicos de nível médio em enfermagem, nos 10 anos analisados, foi menor (3,9%) do que de trabalhadores de outras áreas (5,5%).

Ao analisar as motivações de trabalhadores da área da saúde para o ingresso em um curso de enfermagem de uma IES privada, Souza (2008) identificou que, dentre as expectativas apontadas pelos participantes, se inclui a melhoria da qualidade de vida por meio da ascensão profissional e social. Os participantes desse estudo compreendem que a partir do diploma de enfermeiros poderão almejar salários melhores, e assim, trabalhar em apenas um emprego, podendo investir mais tempo na vida pessoal. Nesse mesmo estudo, 91% dos participantes concordaram que optaram pela profissão de enfermeiros

para poder ter menos empregos, citando inclusive, que o salário de enfermeiro é o dobro do auxiliar de enfermagem (SOUZA, 2008).

Entretanto, embora os trabalhadores estudantes demonstrem expectativas positivas em relação ao mercado de trabalho após a formação acadêmica, a enfermagem vem demonstrando índices preocupantes de desemprego. Em 2013, 10,1% dos profissionais de enfermagem declararam experimentar situações de desemprego nos últimos 12 meses, com situação agravada entre profissionais enfermeiros, quando essa porcentagem atingiu 12,4%. Ou seja, 51 mil enfermeiros afirmaram vivenciar desemprego nos últimos 12 meses. Ainda, dos 121 mil profissionais de enfermagem que declararam ficar desempregados, 66,7% afirmaram ter tido problemas de encontrar emprego na área (MACHADO *et al*, 2015). Silva *et al.* (2012), ao estudarem a conformação do mercado de trabalho para enfermeiros no estado de Minas Gerais, identificaram um desequilíbrio entre o quantitativo de profissionais que são formados e sua possível absorção no mercado de trabalho, embora o número de profissionais formados ainda não seja suficiente para qualificar o atendimento ao quantitativo populacional.

Assim, os dados apresentados permitem a apreensão de algumas características pessoais, escolares profissionais e dos ingressantes do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem em foco e suas modificações ao longo do período estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário de expansão de vagas nas IES, desde a implementação do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da EERP/USP, em 2006, até o ano de 2015, foram observadas mudanças significativas no perfil de aluno ingressante no que se refere, principalmente, à faixa etária, escolaridade prévia e ingresso de trabalhadores.

No que se refere à faixa etária, foi identificado que, embora houvesse uma diversidade maior de idade entre os ingressantes dos primeiros anos do curso, incluindo mais alunos das faixas de 25-30 anos e de mais de 30 anos, em comparação com anos posteriores, houve um aumento significativo de ingressantes com idade abaixo de 18 anos nos últimos anos a que se referem os dados desta pesquisa, provavelmente, em resposta à política de aumento de ingresso de alunos entre 18 e 24 anos na universidade pública.

Quanto à escolaridade prévia, observou-se declínio de estudantes oriundos do ensino médio público, embora essa porcentagem

se mantenha expressiva, relacionada, sobremaneira, ao número de ingressantes que utilizaram o programa INCLUSP para o ingresso no curso. Tendo em vista as origens do curso em foco, relacionadas à intenção política de ampliação de vagas e a contexto marcado por política institucional de inclusão social, pode ser considerado que, de fato, esse curso trouxe algum diferencial nos ingressantes em relação à inserção de pessoas de camada social menos favorecida.

Cabe, todavia, um acompanhamento cuidadoso, nos próximos anos, dado o aumento da entrada de alunos oriundos da rede privada. Será importante, inclusive, investimentos mais intensivos na divulgação do curso junto às escolas de ensino médio públicas, incluindo as escolas técnicas da área da saúde, nas quais há muitos alunos que cursam EPTNM e podem vir a ter interesse no ingresso na universidade pública, realidade frequentemente distante de seu cotidiano.

Apesar da entrada de alunos oriundos do ensino médio cursado na rede privada ter aumentado nos últimos anos, cabe destacar que, por exemplo, a escolaridade dos pais, centrada, principalmente, no ensino médio, pode indicar as condições econômico-sociais das famílias não tão favoráveis como em cursos de maior prestígio social.

De qualquer modo, o ingresso de alunos oriundos da escola pública traz demandas específicas para o ensino universitário e a necessidade de incremento de políticas que apoiem a manutenção dos alunos.

No que se refere ao ingresso de trabalhadores, embora tenha sido sempre inferior ao de não trabalhadores, a porcentagem presente neste estudo pode ser considerada significativa ao levarem-se em conta as características do curso analisado, como carga horária elevada, por ser da área da saúde e desenvolvido no período vespertino-noturno, portanto, que engloba horário diurno, limitante à manutenção do trabalho. Ao serem comparadas as porcentagens de trabalhadores nesse curso com outros estudos que focam perfil de aluno de enfermagem de IES públicas, foi identificado que há um número maior de trabalhadores estudantes ingressantes.

Em se tratando do trabalhador aluno, é importante destacar a presença de pessoas que já estão inseridas na área da enfermagem, pois isso mostra a perspectiva de ascensão social, apesar de limites atuais em relação ao emprego na área, tratados em pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho.

A partir dos dados apresentados, compreende-se a importância de dar continuidade a este estudo que traça o perfil do ingressante, no sentido de identificar possíveis implicações para as práticas pedagógicas e de gestão do curso envolvido, com a intenção de implementar sua proposta

político-pedagógica, com base nas peculiaridades dos ingressantes e na intenção de promover processos formativos emancipadores que ultrapassem o atendimento às demandas mercadológicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Censo 2010 mostra as características da população brasileira. **Portal Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostras-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução CNE/CES-03/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2001a.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Resolução CNE/CP 02/2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, **Edições Câmara**, 2014, 86p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001b, 186p. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRITO, M. R. F. ENADE 2005: Perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas Licenciaturas. **Avaliação, Campinas; Sorocaba**, v. 12, n. 3, p.401-443, 2007.

BUBLITZ, S. *et al.* Sociodemographic and academic profile of nursing students from four Brazilian institutions. **Revista Gaúcha de Enfermagem/EENFUFGRS**, v. 36, n. 1, p. 77–83, 2015.

CHAMON, M. Trajetória de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos. Autêntica, Rio de Janeiro, 2005. **VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO** - Regulação Educacional e Trabalho Docente, 2005.

CORRÊA, A. K. *et al.* Perfil de estudantes ingressantes em licenciatura: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 45, n. 4, p. 933–938, 2011.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 97-61, 2003.

DONATI, L. J. A. *et al.* O perfil do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem de uma faculdade privada. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 18, n. 3, p. 446–450, 2010.

DURHAM, E. R.. *Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades*. Novos Estudos. **CEBRAP**, S. Paulo, v. 66, p. 3-22, 2003.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Européia nos papéis sociais das universidades. In: OLIVEIRA, J. F. O. **“O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração”**. Campinas: Mercado de Letras, p. 39-62, 2011.

FONTANA, R. T, BRIGO L. Estudar e trabalhar: percepções de técnicos de Enfermagem sobre esta escolha. **Escola Anna Nery [online]**, v. 16, n. 1, p. 128-133, 2011.

GARCIA, R. C. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 111p.

IGLESIAS, R. B. **Qualidade de vida de alunos-trabalhadores que cursam a graduação em Enfermagem**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**, Brasília, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)**, Brasília, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2014: Notas Estatísticas**. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

LOPES, M. J. M.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 105–125, 2005.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Rev. Bras. Educ. Prof. Tecnol.**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008.

MACHADO, M. H. *et al.* Análise da força de trabalho do setor saúde no Brasil: focalizando a feminização. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde. 2006, 136p.

MACHADO, M. H. *et al.* Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. **Enferm. Foco**, v. 6, n. 2/4, p. 15–27, 2016.

MACHADO, M. H. *et al.* Características gerais da enfermagem: o perfil sociodemográfico. **Enferm. Foco**, v. 6, n. 1/4, p. 11–17, 2015.

MACHADO, M. H. *et al.* Tendências do mercado de trabalho em saúde no Brasil. In: Celia Pierantoni, Mario Roberto Dal Poz, Tania França. (Org.). **O Trabalho em Saúde: abordagens quantitativas e qualitativas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: **Cepesc-UERJ**, v. 01, p. 103-116, 2011.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

- MATOS, M. S *et al.* O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, v. 93, n. 235, p. 720-742, 2012.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.
- NARDELLI, G. G. *et al.* Perfil dos alunos ingressantes dos cursos da área da saúde de uma Universidade Federal. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 2, n. 1, p. 3-12, 2013.
- PALAZZO, J.; GOMES, C. A. Origens Sociais Dos Futuros Educadores: a Democratização Desigual Da Educação Superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior (Avaliação)**, v. 17, n. 3, p. 877-898, 2012.
- PENIN, S. T. S. Pró-Reitoria de graduação 2002/2005: reflexões. p. 1-14, 2005.
- PIERANTONI, R. *et al.* Alunos de Graduação em Enfermagem - Perfil, Expectativas e Perspectivas Profissionais. **Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde**, p. 1-92, 2008.
- PINTO, J. M. R. O Acesso à Educação Superior No Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 25, n. 88 - Especial, v. 25, p. 727-756, 2004.
- PIOTTO, D. C.; NOGUEIRA, M. A. Inclusão vista por dentro: a experiência via Includp. **Educação (Porto Alegre)**, v. 36, n. 3, p. 373-384, 2013.
- PRATES, A. A. P. Universidades vs terceirização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. **Sociologias, Porto Alegre**, n. 17, p. 102-1023, 2007.
- RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação, Campinas, Sorocaba**, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.
- SILVA, K.L. *et al.* Expansão dos cursos de Graduação em Enfermagem e mercado de trabalho: reproduzindo desigualdades?. **Rev. Bras. Enferm.** v. 65, n. 3, p. 406-413, 2012.
- SORRINI, R. F.; CORRÊA, A. K. Perfil dos estudantes de licenciatura em enfermagem de Ribeirão Preto – USP: ingressantes de 2013. IN: 22. SIICUSP, Ribeirão Preto, 2014.
- SOUZA, J. F. A. **O significado da graduação de enfermagem sob o prisma de um outro olhar: auxiliares e técnicos de Enfermagem**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SOUZA, N. V. D. O. *et al.* Perfil socioeconômico e cultural do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 21, n. esp.2, p. 718-22, 2013.
- SPÍNDOLA, T. *et al.* Enfermagem como opção: perfil de graduando de duas instituições de ensino. **Revista Brasileira de Enfermagem - REBEN**, v. 61, n. 2, p. 164-9, 2008.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Pública aumenta percentual na USP Ribeirão. **Jornal Eletrônico do Complexo Acadêmico de Saúde – FMRP-USP**. Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: < <http://jornal.fmrp.usp.br/?p=11140>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

VASCONCELOS, S. D.; LIMA, K. E. C. O professor de Biologia em formação: reflexão com base no perfil socioeconômico e perspectivas de licenciandos de uma universidade pública. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 16, n. 2, p. 323–340, 2010.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, v. 17, p. 81–103, 2002.

WETTERICH, N. C; MELO, M. R. A. C. Sociodemographic profile of under graduate nursing students. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 15, n. 3, p.404-410, 2007.

Submetido: 16/10/2017

Aprovado: 02/03/2018

Contato:

Avenida dos Bandeirantes, 3900
Campus Universitário - Bairro Monte Alegre
Ribeirão Preto | SP | Brasil
CEP 14.040-90